

Empresário defende a economia ^{Brasil} ortodoxa

Ana Fonseca

Da Andá

Rio — “Se mantido o atual modelo ortodoxo de combate à inflação, o Brasil tem chance de atingir o estágio de estabilidade econômica até 1994”. Pelo menos é o que acreditam o empresário Roberto Faldini e o economista Antônio Porto Gonçalves. “Caso isso realmente ocorra, o presidente Fernando Collor de Mello, terminará seu governo com mais popularidade do que o Rei Pelé”, afirmou Porto Gonçalves.

Apostando em taxas de inflação entre 20 e 30 por cento para o primeiro trimestre do ano, o diretor financeiro da Metal Leve e também vice-presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Roberto Faldini, não considera esses níveis satisfatórios. “Porém, não representa hiperinflação, uma vez que não há disparada de preços”, observou. A seu ver, será difícil o País atingir índice abaixo de 12 por cento, patamar este que a sociedade brasileira saberá suportar com tranquilidade”, frisou.

A sociedade, como um todo, está preocupada com os níveis de inflação, o que não chega a ser o aspecto mais relevante. “O que importa, no momento, é a condução política do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de não alterar as regras do jogo e inventar novas medidas econômicas”, julgou Roberto Faldini.

Inflação domada — Para o vice-presidente da Abrasca, a equipe econômica poderá domar a inflação até num período de um ano, desde que haja o acerto de contas de déficit do

Governo. Faldini considera, também essencial, a reforma fiscal, além da maior participação da sociedade.

“A sociedade deveria ser realmente representada no Congresso, através dos deputados e senadores”, sentenciou.

Segundo Faldini, a equipe econômica vem impondo sacrifícios à população, através do modelo ortodoxo de combate à inflação. “Entretanto, o Governo não está dando a sua cota de sacrifícios e os mais prejudicados são os trabalhadores e empregadores”, destacou, lembrando que o Governo vem exibindo gastos inúteis e obrigando a sociedade a bancar esses desperdícios.

Uma das questões mais pertinentes no cenário econômico nacional é a do arrocho salarial. Na avaliação do economista da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Porto Gonçalves, o aumento do salário está diretamente ligado à demanda por mão-de-obra. Para ele, isso só ocorrerá mediante entrada de investimento interno e externo. “Nos Estados Unidos, por exemplo, os patrões não são mais bonzinhos do que os brasileiros. O que existe é mais investimento no setor produtivo”, comparou.

Porto Gonçalves está convicto de que as constantes mudanças na política econômica vêm amedrontando a população brasileira. “Nos últimos dez anos foram editadas 97 leis salariais, que não resolveram o problema. A partir de agora, o Governo deve deixar de lado os choques heterodoxos e novas leis salariais, e tentar conduzir a atual política sem maiores ajustes”, avaliou.

Esforço — Segundo o economista, caso as vendas sejam reduzidas, as empresas farão esforço, no sentido de contenção de custos. “As companhias tentarão enxugar pessoal e fornecedores e, obviamente, acabarão baixando os preços”, disse Porto Gonçalves. Para ele, a inflação em queda, por definição, representa a redução de preços. Ele espera que a inflação nos três primeiros meses do ano se reduza paulatinamente, diante da brutal recessão.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, está certo de que inflação se combate com produção. A seu ver, recessão representa estagnação. Ele está otimista com relação à queda da inflação para os próximos meses. Com o objetivo de reativar a produção em diversos segmentos da economia, Amato se reunirá amanhã com outros representantes das federações de indústrias do País, a fim de traçarem projetos.

Ao fazer uma análise crítica da situação do País, Antônio Porto Gonçalves lembrou que o congelamento poderia ter alcançado sucesso anos atrás, caso tivesse sido conduzido corretamente. “Como esse instrumento se desmoralizou, hoje em dia não existe outro modelo senão o ortodoxo”, ponderou. O economista da FGV, entende que um grande entrave a ser eliminado é o monopólio estatal na área de saúde. “O INPS joga fora dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB)”, disparou, acrescentando que “meia dúzia de corruptos não foram sacrificados, enquanto a população é cada vez mais prejudicada”.